# Jornal O DIA SP

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1030694-60.2022.8.26.0002 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Carlos Eduardo Vieira Ramos, na forma da Lei etc FAZ SABER a(o) EVERSON FERNANDES DA SILVA RG 18.204.690. CPF 138.073.326-00. que lhe foi propos eut. Paz Sabera (gl. Persour Fernández Da Silva, no 16.204.590, Per 136.075.326-00, que ine in proposa uma ação de Procedimento Comum Cível de Reparação de Danos por Acidente de Trânsito parte de Josefa Li dineide de Freitas Torres e Paulo de Oliveira Torres. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi de terminada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de agosto de 2025.

#### AH2S HOSPITALITY SERVICES DO BRASIL LTDA

CNPJ: 37.092.537/0001-39 Convocação

Nos termos do disposto no art. 1.082, inciso II, do Código Civil, os sócios da empresa AH2S HOSPITALITY SERVICES DO BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 37.092.537/0001-39, com sede na Rua Dona Germaine Burchard, nº 401, Sala 06, Agua Branca, São Paulo/SP, CEP 05.002-062, declaram a sua intenção de reduzir o capital social de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em razão do excessivo capital social em relação ao objeto social. Este aviso é publicado para os fins legais, inclusive para ciência de eventuais credores. São Paulo, 08 de outubro de 2025. AH2S HOSPITALITY SERVICES DO BRASIL LTDA.

### Klekim Administração e Participação S.A.

CNPJ 61.591.780/00Ō1-86 - NIRE 35.300.263.162

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA Ficam convocados os acionistas para participarem da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/E), a realizar se no dia 20 de outubro de 2025, às 14:30 horas em primeira convocação, e às 15:00 horas em segunda convocação na sede social, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2013, Conjunto 4A, São Paulo-SP, com gualquer número de present om a seguinte ordem do dia: **Ordem do Dia:** 1. Apresentação do Relatório do Administrador, exame, discussão votação das Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais de 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 v 2024, 2. Deliberação sobre a destinação do resultado apurado nos referidos exercícios; 3. Eleição de Diretoria com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2027; 4. Informações sobre a proposta para a venda do imóvel situado na Rua da Figueira, 267, bairro do Brás, São Paulo-SP; 4. Informações sobre o andamento da implantação do loteamento de área da Fazenda Aya, no município de Suzano-SP, em parceria com a empresa EMAIS URBANISMO E INCORPORAÇÕES LTDA. Objeto das matrículas nºs 78.764, 78.765, 78.766, 78.767 e 78.768, todas do Cartório de Registro de Imóvei de Suzano – SP, e resultados da parceria; 5. Outros assuntos de interesse geral da Sociedade que não impliquem en

nodificação estatutária ou matérias que envolvam quórum especial. São Paulo, 02 de Outubro de 2025, **A Diretoria** 

### ambipar®

#### = Ambipar Participações e Empreendimentos S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 12.648.266/0001-24 - NIRE 35.300.384.466 | Código CVM 2496-1 Edital de Cancelamento de Assembleia Geral Extraordinária

página 5, e em sua versão eletrônica, nas edições dos dias 18, 19, 20, 21 e 22 de setembro de 2025, todas na respectiva pagina 1, e (b) tempestivamente divulgado nas páginas eletrônicas da Comissão de Valores Mobiliários ("CUM"), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão ("83") e de Relações com Investidores da Companhia; (i) a Proposta da Administração e Manual para Participação de Acionistas referente à AGE, tempestivamente divulgada nas páginas eletrônicas da CVM, da B3 e de Relações com Investidores da Companhia; (iii) o Boletim de Voto a Distância referente à AGE, tempestivamente divulgado nas páginas eletrônicas da CVM, da B3 e de Relações com Investidores da Companhia. São Paulo, 08 de outubro de 2025. **Alessandra Bessa Alves de Melo -** Presidente do Conselho de Administração

#### SUMITOMO CORPORATION DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 60.492.212/0001-65 - NIRE 35.300.099.745
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 1º DE OUTUBRO DE 2025 1. DIA, HORA E LOCAL: Aos 1º de outubro de 2025, às 10h00, na sede social da companhia, na Avenida Paulista, nº 37, 20º andar, conjunto 201, CEP 01311-902, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. 2. PRESENÇAS: Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas apostas no Livro de Presenças. MESA: Presidente: Yuji Watanabe; Secretário: Mitsuhiro Ishida. 3. CONVOCAÇÃO: Dispensada a publicação de editais de convocação, conforme o disposto no artigo 124, parágrafo 49, da Lei 6.404 de 15.12.1976. Sendo assim, o Sr. Presidente declarou cumpridas todas as exigências legais para a realização da Assembleia. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar a respeito da (i) distribuição de dividendos com base na reserva de lucros da Companhia; e (ii) autorização para os diretores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação da deliberação anterior. **5. DELIBE- RAÇÕES APROVADAS POR UNANIMIDADE**: Após exame e discussões das matérias constantes da Ordem do Dia, foram aprovadas, por unanimidade, as seguintes deliberações, iniciando-se pela decisão de lavrar a presente Ata na forma de sumário, conforme facultado pelo disposto no artigo 130, Parágrafo 19, da Lei n. 6.404/76: 5.1. Aprovar a distribuição e pagamento de dividendos no montante total de R\$ 25.935.276,00 (vinte e cinco milhões, novecentos e trinta e cinco mil, duzentos e setenta e seis reais) com base na reserva de lucros apurada nas demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2024 ("Dividendos"). Os Dividendos serão pagos pela Companhia até 31 de dezembro de 2025, proporcionalmente à participação de cada acionista, sendo R\$ 25.935.275,81 (vinte e cinco milhões, novecentos e trinta e cinco mil, duzentos e setenta e cinco reais e oitenta e um centavos) para a Sumitomo Corporation e RS 0,19 (dezenove centavos) para a Sumitomo Corporation (Chile) Limitada. 5.2 Aprovar a autorização para os diretores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação da deliberação ora aprovada. 6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da ata em livro próprio, a qual depois de lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. Presidente da Mesa: Yuji Watanabe e Secretário da Mesa: Mitsuhiro Ishida. Acionistas: p.p. Sumitomo Corporation, Yuji Watanabe e p.p. Sumitomo Corporation (Chile) Limitada, Yuji Watanabe. A presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. São Paulo, 1º de outubro de 2025. Yuji Watanabe - Presidente, Mitsuhiro Ishida - Secretário. Jucesp nº 354.641/25-4 em 06/10/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

J. PILON S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL

CNPJ/MF N° 47.254.396/0001-67 - NIRE: 35.3.0010525.7

Ata da 93ª Reunião do Conselho de Administração Realizada em 28 de março de 2025

Data, hora e local da realização: - No día 28 (vinte e oito) de março de 2.025, às 14:00 horas, no endereço da sua sede social, localizada na Fazenda Santa Maria, Bairro São Francisco, no município de Cerquilho, SP. Composição da Mesa: Presidente: - José Pilon, Secretário: - Mário Nirceu Pilon, Paulo Roberto Pilon, Valmir Pilon, Valdemir Pilon Northerto Vigira da Cruz Filho, Conselheiros Ordem Do Dia: a) Exemplar o Relatório da Adminication de Conselheiros Ordem Do Dia: a) Exemplar o Relatório da Adminication de Conselheiros Ordem Do Dia: a) Exemplar o Relatório da Adminication de Conselheiros Ordem Do Dia: a) Exemplar o Relatório da Adminication de Conselheiros Ordem Do Dia: a) Exemplar o Relatório da Adminication de Conselheiros Ordem Do Dia: a) Exemplar o Relatório da Adminication de Conselheiros Ordem Do Dia: a) Exemplar o Relatório da Adminication de Conselheiros Ordem Do Dia: a) Exemplar o Relatório da Adminication de Conselheiros Ordem Do Dia: a) Exemplar o Relatório da Adminication de Conselheiros Ordem Do Dia: a) Exemplar o Relatório da Adminication de Conselheiros Ordem Do Dia: a) Exemplar o Relatório da Adminication de Conselheiros Ordem Do Dia: a) Exemplar o Relatório da Adminication de Conselheiros Ordem Do Dia: a) Exemplar o Relatório da Adminication de Conselheiros Ordem Do Dia: a) Exemplar o Relatório da Adminication de Conselheiros Ordem Do Dia: a) Exemplar o Relatório da Adminication de Conselheiros Ordem Do Dia: a) Exemplar o Relatório da Adminication de Conselheiros Ordem Do Dia: a) Exemplar o Relatório da Adminication de Conselheiros Ordem Do Dia: a) Exemplar o Relatório da Adminication de Conselheiros Ordem Do Dia: a) Exemplar o Relatório da Adminication de Conselheiros Ordem Do Dia: a) Exemplar o Relatório da Adminication de Conselheiros Ordem Do Dia: a) Exemplar o Relatório da Adminication de Conselheiros Ordem Do Dia: a) Ex e Norberto Vieira da Cruz Filho, **Conselheiros. Ordem Do Dia:** - a) Examinar o Relatório da Administração, Balanço Geral e Demonstração do Resultado do Exercício encerrado em 31/12/2024; b) Fixação do montante global da remuneração dos administradores para o período de maio/2025 a abril de 2026; c) Outros assuntos de competência do Conselho (Art. 9º do Estatuto Social) **Deliberações:** - a) O 1º item da Ordem do Dia, o Relatório da Administração, Balanço Geral, Demonstração do Resultado do Exercício encerrado em 31/12/2024, foi analisado e discutido pormenorizadamente uo nestituado de disculto por interitudo en 13/1/22/24, foi arialisado e disculto por interitudamente e recebeu parecer favorável para aprovação de todos os membros do conselho e foi aprovado por unanimidade dos presentes conselheiros a distribuição de dividendos no valor de R\$ 22.700.000,00 (vinte e dois milhões e setecentos mil reais), referente ao Lucro do Exercício de 2024, sendo o valor de R\$ 22.658.688,37(vinte e dois milhões, esiscentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e oitora e oito reais e trinta e sete centavos) como dividendos obrigatórios, conforme capítulo 6, artigo 26, do Estatuto Social e R\$ 41.311,63(quarenta e um mil, trezentos e onze reais e sessenta e três centavos). como dividendos adicionais propostos, o qual será apresentado para votação na AGO de 28/03/2025. b) Foi fixado a remuneração mensal dos Diretores e a cédula de presença dos Conselheiros nas reuniões para o período de maio/2025 a abril/2026: Para o Diretor Presidente até 75 (setenta e cinco) salários mínimos mensais; para os Diretores Superintendente, Administrativo-Financeiro e Industrial até 65 (sessenta e cinco) salários mínimos mensais para cada um; para os Diretores Adjunto até 45 (sessenta e cinco) salários mínimos mensais para cada um; para os Diretores Adjunto até 45 (sessenta e cinco) salários mínimos mensais para cada um; para os Diretores Adjunto até 45 (sessenta e cinco) salários mínimos mensais para cada um; para os Diretores Adjunto até 45 (sessenta e cinco) salários mínimos mensais para cada um; para os Diretores Adjunto até 45 (sessenta e cinco) salários mínimos mensais para cada um; para os Diretores Adjunto até 45 (sessenta e cinco) salários mínimos mensais para cada um; para os Diretores Adjunto até 45 (sessenta e cinco) salários mínimos mensais para cada um; para os Diretores Adjunto até 45 (sessenta e cinco) salários mínimos mensais para cada um; para os Diretores Adjunto até 45 (sessenta e cinco) salários mínimos mensais para cada um; para os Diretores Adjunto até 45 (sessenta e cinco) salários mínimos mensais para cada um; para os Diretores Adjuntos de 45 (sessenta e cinco) salários mínimos mensais para cada um; para os Diretores Adjuntos de 45 (sessenta e cinco) salários mínimos mensais para cada um; para os Diretores Adjuntos de 45 (sessenta e cinco) salários mínimos mensais para cada um; para os Diretores Adjuntos de 45 (sessenta e cinco) salários mínimos mensais para cada um; para os Diretores Adjuntos de 45 (sessenta e cinco) salários mínimos mensais para cada um; para os Diretores Adjuntos de 45 (sessenta e cinco) salários mínimos mensais para cada um; para os Diretores Adjuntos de 45 (sessenta e cinco) salários mínimos mensais cada um; para os Diretores Adjuntos de 45 (sessenta e c (quarenta e cinco) salários mínimos mensais para cada um, e para cédula de presenca dos Conse-(quarenta e cinco) salarios minimos mensais para cada um, e para cedula de presença dos Conselheiros até 01 (um) salário mínimo por reunião. Todas as aprovações foram feitas por unanimidade dos senhores conselheiros. c) Quanto à matéria constante no ítem "c" da Ordem do Dia, referente a outros assuntos de competência do conselho, não houve manifestação ou deliberações por parte dos presentes. Lavratura e leitura da Ata: - Lavrada e lida a presente Ata, foi ela aprovada por unanimidade pelos Conselheiros presentes. Cerquilho, 28 de março de 2025. Conselheiros: - aa) - José Pilon, Mário Nirceu Pilon, Paulo Roberto Pilon, Valdemir Pilon, Valmir Pilon e Norberto Vieira da Cruz Filho. A presente ata é cópia fiel extraída do livro de Atas do Conselho de Administração de J. Pilon S/A Acúcar e Álcool. Jose Pilon - Presidente da Mesa; Mario Nirceu Pilon - Secretário da Mesa. JUCÉSP nº 326.886/25-4 em 26/09/2025, Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

#### ETB - Empresa de Transmissão Baiana S.A.

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 30 de Abril de 2025

1. Data, Hora e Local: Aos 30 dias do mês de abril de 2025, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, conforme permitido pela Instrução Normativa nº 81 de 10/06/2020, emitida pelo DREI - Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, tendo como referência a sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, ra Rua Gomes de Carvalho nº 1.996, 15º andar, Conjunto 151, Sala U, Vidompia, CEP 04547-905.

2. Convocação e Presença: Dispensada a formalidade de publicação da convocação, nos termos do artigo 124, \$4º da Lei nº 6.404/76, face à presença de Acionistas representando a totalidade do capital social, come assinaturas no Livro de Presença de Acionistas raquivado na sede da Companhia e averbado pelo Presidente e Secretário dessa Assembleia. Dispensada, pelos Acionistas, a presença dos Auditores Independentes, pelo que faculta o art. 134, parágarfa 0º, da Lei nº 6.404/76, uma vez que foram colocados à disposição dos Acionistas, na forma e nos prazos previstos em lei, todos os documentos de que trata o art. 133, da Lei nº 6.404/76. 3. Publicação: O relatório da Administração, Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e Parecer dos Auditores Independentes foram publicados no Jornal O DIA SP, na página 10 e no website do Jornal O DIA SP https://www.jornalodiasp.com.br nas páginas 07 e 08, ambos em 25 de abril de 2025. 4. Mesa: Presidente: José Luiz de Godoy Pereira; Secretário: Paulo Roberto de Godoy Pereira. S. Ordem do Dia: (i) tomar as como de 2024 e distribuição dos dividendos; e (iii) fixar a remuneração global anual dos membros da Administração da Companhia, incluindo o Relatório da Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações Financeiras previstos an Ordem do Dia desta assembleia, conforme material de apoio disponibilizado, rubricado pelos Acionistas e arquivado na sede da Companhia, resolvem: material de apoio disponibilizado, rub CNPJ/MF nº 24.870.961/0001-15 - NIRE 35300492455 Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 30 de Abril de 2025 Companhia ainda não foi realizado, destinar à conta Reserva de Lucros a Realizar o valor de R\$ 42.2876.957,16 (quarenta e dois milhões, oitocentos e setenta e seis mil, novecentos e cinquenta e sete reais e dezesseis centavos). 6.4. Aprovar, por unanimidade de votos, a fixação da remuneração global anual dos membros da Diretoria para o exercício social de 2025 (1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025), no montante de até R\$ 785.546,13 (setecentos e otienta e cinco mil, quinhentos e quarenta e seis reais e treze centavos), remuneração esta que inclib enefícios, encargos e remuneração variável, conforme material de apoio, rubricado pelos Acionistas e arquivado na sede da Companhia. Os Acionistas da Companhia, por unanimidade de votos, deliberam pelo não pagamento de remuneração para os membros do Conselho de Administração para o exercício social de 2025 (1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025). 7. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerada a presente assembleia, da qual lavrou-se a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos. 8. Assinaturas: Mesa: José Luiz de Godoy Pereira - Presidente, Paulo Roberto de Godoy Pereira - Secretário. JUCESP nº 348.389/25-5 em 02/10/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda. Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código F059-0758-4477-F889

# Jornal O DIA SP

#### VCI Vanguard Confecções Importadas S.A.

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29/11/2024 I. Data, Hora e Local: Dia 29/11/2024, às 10h, na sede da VCI Vanguard Confecções Importadas S.A., localizada na Rua Sampaio Vidal, nº 1.116, Jd. Paulistano SP, CEP 01443-001 (a "Companhia"). 2. Presenças e Convocação: Dispensada a convocação na forma do §4º, do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), eis que presentes à Assembleia os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. 3. Mesa: Presidente: Richard Gabriel Stad; e Secretário: Fábio Davidovici. 4. Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) a rerratificação da Ata de AGE, datada de 30/07/2021, registrada na JUCESP em 22/12/2021 sob o nº 660.419/21-0 (a \*AGE de 30/07/2021"); (ii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iii) a aprovação da celebração de Acordo de Premiação pela Companhia. **5. Deliberações**: Instalada a Assembleia, após a discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram, por unanimidade, o que segue: (i) Retificar o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, constante no Anexo II da AGE de 30/07/2021. por ter constado equivocadamente que o capital social é dividido em 18.992.471 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, **quando deveria ter** constado que o capital social da Companhia é dividido em 3.918.116 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em virtude da deliberação acima, a cláusula 5ª da Consolidação do Estatuto Social da Companhia passa a viger com a seguinte redação: Artigo 5º - O capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 18.992.471,00, dividido em 3.918.116 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Ato contínuo, os acionistas ratificam todas as demais deliberações tomadas na AGE de 30/07/2021 que não expressamente retificadas por este instrumento. (ii) Em decorrência das alterações acima, os acionistas aprovam a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar de acordo com a in Lin decorriento das altrações admin, os actonistas aprovan a consolidação do Estatuto doda da companha, que passa a vigoria de actordo com a redação do Anexo I à presente ata. (iii) Aprovar a celebração de Acordo de Premiação que ocorreu em 19/11/12024, entre a Companhia e seus executivos (o "<u>Acordo</u>"), bem como aprovar e ratificar a integralidade dos termos do Acordo e todos os atos praticados anteriormente. **6. <u>Encerramento</u>:** Nada mais avendo a se tratar, deram por encerrada a presente Assembleia, tendo-se antes feito lavrar esta ata, que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo/SP, 29/11/2024. Mesa: Richard Gabriel Stad - Presidente; Fábio Davidovici - Secretário. Acionistas: Richard Gabriel Stad; Henri Rene Christian Stad; 2bCapital - Brasil Capital de Crescimento I - Fundo de Investimento em Participações - representada por Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa e Leandro Kakumu Kayano; NC Par Fundo de Investimento em Participações - representada por Rodrigo Godoy e Cintia Santana. JUCESP - 55.568/25-7 em 17/02/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício. Anexo I - Estatuto Social - Capítulo I - Denominação, Objeto Social, Sede e Prazo de Duração - Artigo 1º - VCI Vanguard Confecções Importadas S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações fechada regida pelo presente estatuto social ("Estatuto Social") e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, è utilizará a expressão fantasia ARAMIS. Artigo 2º - A Companhia tem por objeto social: (a) a importação e comércio de roupas masculinas e femininas no atacado e varejo; (b) o comércio atacadista e varejista de artigos de cama, mesa e banho; artigos de vestuário e complementos; artigos de colchoaria, artigos de utilidade doméstica; artigos de relojoaria e joalheria; artigos de

cama, mesa e banho, artigos de vestuário e complementos; artigos de colchoaria, artigos de utilidade doméstica; artigos de relojoaria e joalheria; artigos de souveniers, bijuterias e artesanatos; artigos espertivos e perfumes; (c) agenciamento de serviços e negócios (Marketplace); (d) atividades de consultoria em gestão empresarial exceto consultoria técnica específica; (e) gestão de ativos intangíveis não financeiros. § Único: à atividade de comércio atacadista será exercida somente pela matriz, a atividade de agenciamento de serviços e negócios (Marketplace) será exercida somente na filial da Rua Porto Alegre, 307, Galpão 001-MOD 02E-A EU V – CIVIT II, Nova Zelândia – CEP 29.175-706 – Serra-ES. Artigo 3º - A Companhia tem sede na Rua Sampaio Vidal, nº 1.116, Jd. Paulistano, SP, CEP 01443-001, SP/SP, podendo abrir, manter e encerrar filiais e escritórios em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante simples deliberação dos administradores lavrada em ata. §Unico: A Companhia possui as seguintes filiais: a) Shopping Iguatemi: Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2.232, Piso 1, Loja E 1/4, CEP 01451-000, SP/SP, CNPJ/MF 00.311.557/0002-24, NIRE 35901736456; b) Shopping Ibirapuera: Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2.232, Piso 1, Loja E 1/4, CEP 01451-000, SP/SP, CNPJ/MF 00.311.557/0005-77, NIRE 35901855722; c) Shopping Higienópolis: Av. Higienópolis, CEP 01238-000, SP/SP, CNPJ/MF 00.311.557/0006-58, NIRE 35902222472; d) Shopping Parque D. Pedro: Av. Projetada Leste, nº 500, Loja nº 287/288, CEP 13087-901, Campinas/SP, CNPJ/MF 00.311.557/0007-39, NIRE 35902552375; e) Park Shopping: SAl/SO Área 6.580, Lojas nºs 143/144, Guará, CEP 71219-900, Brasília/DF, CNPJ/MF 00.311.557/0008-09, NIRE 3590212992; g) Shopping Paulista: Rua 13 de Maio, nº 1.947, Lojas nºs 319/320, Paraíso, CEP 01327-001, SP/SP, CNPJ/MF 00.311.557/0008-09, NIRE 35902712992; g) Shopping Iguatemi Campinas: Av. Iguatemi, nº 777, Lojas nºs 06/07/08, Vila Brandina, Quadra 18, Piso 1º, CEP 13092-902, Campinas/SP, CNPJ/MF 00.311.557/0011-34, NIRE 35902857427 35903352990; j) Shopping Outlet Premium: Estrada Joaquim Bueno Neto, nº 9.999, Loja nº 11, CEP 13295-000, Itupeva/SP, CNPJ/MF 00.311.557/0017-00, NIRE 35903578203; k) Rua Oscar Freire: Rua Oscar Freire, nº 672, Cerqueira Cesar, CEP 01426-000, SP/SP, CNPJ/MF 00.311.557/0020-06, NIRE 35903748737; l) Shopping Iguatemi Alphaville: Al. Rio Negro, nº 111, Lojas nºs 240/241, Piso I, CEP 06454-000, Alphaville, SP/SP, CNPJ/MF 00.311.557/0021-97, 35903746737; **1) Snopping iguatemi Aipnavilie**: Al. Rio Negro, n° 111, Lojas n°s 240/241, Piso, CEP 04934-000, Apnavilie, SP/SP, CNPJMIF 00.311.557/0022-197, NIRE 35903956682; **m) Shopping Mooca Plaza Shopping**: Rua Capitão Pacheco Chaves, n° 313, Lojas n°s 2009/2010, L2, CEP 03126-000, bairro Mooca, SP/SP, CNPJ/MF 00.311.557/0022-78, NIRE 35904151904; **n) Shopping Outlet Premium Brasília**: BR 060, km 22, Zona Rural, Loja n° 1.018, Município de Alexânia/GO, CEP 72930-000, CNPJ/MF 00.311.557/0024-30, NIRE 52999071044; **o) Golânia Shopping**: Av. T 10, n° 1.300, Setor Bueno, Golânia/GO, CEP 74223-900, Lojas n°s 128/139/130, CNPJ/MF 00.311.557/0025-10, NIRE 52909071044; **o) Golânia Shopping**: Av. T 10, n° 1.300, Setor Bueno, Golânia/GO, CEP 74223-900, Lojas n°s 128/139/130, CNPJ/MF 00.311.557/0025-10, NIRE 529004457167; **q) Salvador Shopping**: Av. Tancredo Neves, n° 3.133, Loja n° 2.110 - Setor Caminho das Árvores, Salvador/BA, CEP 41820-910, CNPJ/MF 00.311.557/0028-63, NIRE 29999082811; **r) Outlet Premium Salvador**: Estrada do Coco, Caminho das Arvores, Salvador/BA, CEP 41820-910, CNPJ/MF 00.311.557/0028-63, NIRE 29999082811; r) Outlet Premium Salvador: Estrada do Coco, sem numeração, Loja LUC 1.047, Centro, Vila de Abrantes, Camaçari/BA, CEP 42840-000, CNPJ/MF 00.311.557/0029-44, NIRE 29999087708; s) Shopping Recife: Piso Bruno Veloso, Loja BV 106 A, Rua Padre Carapuceiro, 777, Recife/PE, CEP 51020-900, CNPJ/MF 00.311.557/0032-40, NIRE 26999075529; t) DiamondMall: Av. Olegário Maciel, nº 1.600, LUC OM 85/86, Nível Olegário Maciel, Bairro Lourdes, Belo Horizonte/MG, CEP 30180-111, CNPJ/MF 00.311.557/0034-11, NIRE 31999239291; u) ParkShopping Barigui: Rua Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, nº 600, LUC nº 213, Nível Superior, Bairro Mossunguê, Curitiba/PR, CEP 81200-100, CNPJ/MF 00.311.557/0036-73, NIRE 41999133610; v) Shopping Center Iguatemi Porto Alegre: Av. João Wallig, nº 1.800, Lojas nº 217/218, Piso NP, Porto Alegre/RS, CEP 91349-900, CNPJ/MF 00.311.557/0040-50, NIRE 43999116083; w) Plaza Shopping Casa Forte: Rua Dr. João Santos Filho, nº 255, Lojas nºs 112/113/114, Recife/PE, CEP 52060-615, CNPJ/MF 00.311.557/0042-11, NIRE 2699076967; x) Outlet Premium Rio de Janeiro: Av. Dona Tereza Cristina, nº 2.000, Loja nº 2.052, Chácara Petrópolis, Duque de Caxias/RJ, CEP 25230-480, CNPJ/MF 00.311.557/0044-83, NIRE 33901336227; y) Catarina Fashion Outlet: Rua Rafael Dias Costa, nº 140, Dona Catarina, Loja Salão Comercial L 1188, São Roque/SP, CEP 18132-852, CNPJ/MF 00.311.557/0043-00, NIRE 3590503208° z) BH Shopping: Rodovia RS 356 nº 3.049 Loja LUC OP 37(38/39 Nivel Ouro Prefo, Bairro Belvedere CNPJ/MF 00.311.557/0043-00, NIRE 35905032089; **z) BH Shopping**: Rodovia BR 356, n° 3.049, Loja LUC OP 37/38/39, Nível Ouro Preto, Bairro Belvedere, Belo Horizonte/MG, CEP 30320-900, CNPJ/MF 00.311.557/0046-45, NIRE 31999218242; **aa) Shopping Center Anália Franco**: Av. Regente Feijó, n° 1.739, LUC TL 140/141/142, Nível Tulipa, Jd. Anália Franco, SP/SP, CEP 03342-000, CNPJ/MF 00.311.557/0047-26, NIRE 35905071246; **bb) Shopping Eldorado**: Av. Rebouças, nº 3.970, LUC nº 0224, 1º Piso do Shopping Eldorado, Pinheiros, SP/SP, CEP 05402-600, CNPJ/MF 00.311.557/0050-21, NIRE 35905195166; cc) Shopping Barra: Av. Centenário, nº 2.992, Lojas nºs 325/326/327, L3, Shopping Barra, Chame-Chame, Salvador/BA, CEP 40140-902, CNPJ/MF 00.311.557/0052-93, NIRE 29999804663; dd) Riomar Shopping: Av. República do Líbano, nº 251, Lojas SC nºs 2123/2124, L2 no Riomar Shopping, Pina, Recife/PE, CEP 51110-160, CNPJ/MF 00.311.557/0051-02, NIRE 26999802650; ee) Riomar Shopping Fortaleza: Rua Desembargador Laudo Nogueira, nº 1.500, Loja nº 2.028, Piso L 2, Bairro Papicu, Fortaleza/CE, CEP 60.176-065, CNPJ/MF 00.311.557/0054-55, NIRE 23999802924; ff) Shopping Center Iguatemi Fortaleza: Av. Washington Soares, nº 85, SUC nºs 350/351/352, Piso Superior, Edson Queiroz, Fortaleza/CE, CEP 60811-900, CNPJ/MF 30.311.557/0055-36, NIRE 23999802037; gg) Catuaí Shopping Center Londrina: Rodovia Celso Garcia Cid, nº 5.600, LUC SCL00E52/E53/E54, Gleba Fazenda Palhano, Londrina/PR, CEP 86.050-901, CNPJ/MF 00.311.557/0056-17, NIRE 41999805782; hh) Aeroporto Internacional de Brasília: Presidente Juscelino Kubitschek, Área especial, s/nº, Lago Sul/Brasília, DF, CEP 71608-900, Área D1.025, CNPJ/MF 00.311.557/0058-89, NIRE 53999804433; ii) Natal Shopping Center: Av. Senador Salgado Filho, nº 2.234, Bloco Único, LUC 201/202, 2º Piso, Candelária, Natal/RN, CEP 59064-900, CNPJ/MF 00.311.557/0057-06, NIRE 24999800914; jj) Shopping Center Iguatemi Brasília: Setor de Habitações Individuais Norte CA 04 Bloco A, Loja nº 166, Piso Térreo, Lago Norte, Brasília/DF, CEP 71503-504, CNPJ/MF 00.311.557/0059-60, NIRE 5399980397; kk) Brasília Shopping: Setor Comercial Norte, Quadra 05, Bloco "A", Loja 45L, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70715-900, CNPJ/MF 00.311.557/0060-01, NIRE 53999802708; jl) Rua Porto Alegre, 307: Galpão 01, Módulo 03, Área EU V, Civit II, Nova Zelândia, Serra/ES, CEP 29175-706, CNPJ/MF 00.311.557/0061-84, NIRE 32999808849; mm) Rua Porto Alegre, 307: Galpão 01, Módulo 05, Mádulo 05, Mádulo 05, Mádulo 06, CNPJ/MF 00.311.557/0061-84, NIRE 32999808849; mm) Rua Porto Alegre, 307: Galpão 01, Módulo 06, CNPJ/MF 00.311.557/0061-84, NIRE 32999808849; mm) Rua Porto Alegre, 307: Galpão 01, Módulo 06, CNPJ/MF 00.311.557/0061-84, NIRE 32999808849; mm) Rua Porto Alegre, 307: Galpão 01, Módulo 07, Mádulo 02B, Área EU V, Civit II, Nova Zelándia, Serra/ES, CEP 29175-706, CNPJ/MF 00.311.557/0062-65, NIRE 32999809438; nn) Outlet Fashion Fortaleza: Av. Vereador Francisco Pessoa de Lima, nº 445, Loja nº 23, Bairro Toco, Caucaia/CE, CEP 61.663-020, CNPJ/MF 00.311.557/0063-46, NIRE 23999807268; oo) Escritório Administrativo e Exposição de Produtos: Rua Sampaio Vidal, nº 1.026, SP/SP, CEP 01443-001 (sem atividade de comércio de mercadorias); oo) Escritório Administrativo e Exposição de Produtos: Rua Sampaio Vidal, nº 1.026, SP/SP, CEP 01443-001 (sem atividade de comércio de mercadorias); pp) João Pessoa, PB: Rua Manoel Arruda Cavalcanti, nº 805, Lojas S0079, S0080 e S0081, Bairro Manaira, João Pessoa/PB, CEP 58.038-680; qq) Contagem, MG: Av. Cardeal Eugênio Pacelli, nº 1.336, Bairro Cidade Industrial, Contagem/MG, CEP 32.210-002; rr) Outlet Premium Grande São Paulo: Estrada de São Bento, nº 9.550, Jd. Josely, Itaquaquecetuba/SP, CEP 08590-315; ss) Recife Outlet Premium: Rodovia BR-232, s/nº, Município de Moreno/PE, CEP 54800-000; tt) Rua Edgar Rocha, nº 270 – Lote 08, Quadra 21 – Barra Rancho – Aracruz/ES – CEP 29.197-542; uu) Riomar Shopping Recife: Av. República do Líbano, nº 251, Loja nº 234, Pina, Recife/PE, CEP 51110-160; vv) Uberlândia, MG: Av. João Naves de Ávila, nº 1.331, SUB00266, 1º Piso, Bairro Tibery, Uberlândia/MG, CEP 38405-140; ww) Barra da Tijuca, RJ: Av. das Américas, 7.777, Loja 2048, Barra da Tijuca/RJ, CEP 22793-081; xx) Shopping Iguatemi Esplanada: Av. Gisele Constantino, nº 1.850, Lojas nºs 222A-223, Parque Bela Vista, Votorantim/SP, CEP 18110-650; yy) Piracicaba, SP: Av. Limeira, nº 722, Loja SUC 141/142, Areião, Piracicaba/SP, CEP 13414-018; zz) Ribeirão Preto, SP: Av. Coronel Fernando Ferreira Leite, nº 1.540, Loja LUC 121/122, Jd. Califórnia, Ribeirão Preto/SP, CEP 14026-900; aaa) São Caetano do Sul/SP, CEP 05531-190: bbb) Barra da Tijuca, RJ: Av. das Américas, nº 4.666, Loia AS 127/B/C. Barra da Tijuca/RJ, CEP 22640-902: ccc) São Bernardo do Sul/SP, CEP 05531-190: bbb) Barra da Tijuca, RJ: Av. das Américas, nº 4.666, Loia AS 127/B/C. Barra da Tijuca/RJ, CEP 22640-902: ccc) São Bernardo do Campo. CEP 09531-190; bbb) Barra da Tijuca, RJ: Av. das Américas, nº 4.666, Loja AS 127/B/C, Barra da Tijuca/RJ, CEP 22640-902; ccc) São Bernardo do Campo, SP: Estrada da Cama Patente, nº 2.375, Loja nº 1, Alvarenga, São Bernardo do Campo/SP, CEP 09842-100; ddd) Porto Alegre, RS: Praia de Belas Shopping Center, Av. Praia de Belas, nº 1.181, Lojas nºs 2121/2122, Piso 2, Porto Alegre/RS, CEP 90110-001; eee) Morumbi Shopping: Av. Roque Petroni Júnior, nº 1.089, Loja 15N, Nível Lazer, Jd. das Acácias, SP/SP, CEP 04707-900. Artigo 4º - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. Capítulo II - Capital Social e das Ações - Artigo 5º - O capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 18.992.471,00, dividido em 3.918.116 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Artigo 6º - Cada ação ordinária corresponde a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **§Único** - É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias. **Capítulo III - Assembleias Gerais - Artigo 7º** - A Assembleia Geral, convocada na forma da lei, tem competência para decidir sobre todos os assuntos de interesse da Companhia, à exceção daqueles que, por disposição legal ou força do presente Estatuto Social, forem reservados à competência dos órgãos de administração. **Artigo 8º** - Os acionistas reunir-se-ão em Assembleia Geral ordinariamente, obrigatório anual de, no mínimo, 30% do lucro líquido ajustado de acordo com o Artigo 202 da Lei de S.A.; (v) qualquer transformação do tipo societário, cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação de ações) envolvendo a Companhia; (vi) registro de companhia aberta, cancelamento de registro, adesão ou xecutivos da Companhia, incluindo, mas não se limitando ao pacote de retenção e plano de stock option; (ix) celebração, aditamento, rescisão e renúncia

qual a Companhia detenha, cumulativamente, (i) o poder absoluto e incondicional de deter a maioria de votos nas deliberações do Conselho de Administração, bem como eleger a maioria dos membros da Diretoria, e de determinar e conduzir as políticas e a gestão da sociedade; e (ii) a propriedade direta ou indireta de no mínimo 50% mais 1 ação/cota do capital votante total da respectiva sociedade. Artigo 12º - A AGO realizar-se-á anualmente, dentro dos quatro primeiros

disposições legais aplicáveis e com este Estatuto Social. Capítulo V - Conselho de Administração - Artigo 15° - O Conselho de Administração será composto por 6 membros acionistas ou não, residentes ou não no Brasil, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, todos com mandato de 1 ano, sendo permitida a reeleição. §Único - Na hipótese de ocorrer vacância permanente no cargo de qualquer membro do Conselho de Administração devido à renúncia, falecimento, impedimento permanente ou qualquer outra hipótese, será convocada AGE para eleição de um substituto. Artigo 16º - O Conselho de Administração terá um presidente, o qual terá voto de minerva nas decisões do Conselho. Artigo 17º - O Conselho de Administração deverá se reunir mensalmente, nas datas e horários a serem acordados na primeira reunião de cada exercício fiscal, e de forma extraordinária sempre que necessário. §1º - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com, no mínimo, 7 dias de antecedência, mediante notificação contendo a ordem do dia da reunião e todos os documentos e materiais que comprovem as questões a serem discutidas na reunião pertinente. Esta convocação será dispensada quando todos os Conselheiros estiverem presentes ou representados ou tiverem enviado seu voto de acordo com as disposições do §3º deste artigo. §2º - Quaisquer reuniões do Conselho de Administração, ordinárias ou extraordinárias, serão consideradas, por regra geral, validamente instaladas com a presença de Conselheiros necessários para que as deliberações sejam validamente tomadas, observado o disposto no §3º abaixo. §3º - Quaisquer Conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração remotamente, por meio de teleconferência ou videoconferência, ressalvando-se que uma cópia assinada do voto emitido por qualquer referido Conselheiro deverá ser entregue por e-mail, carta ou fax ao presidente do Conselho, no prazo de 2 dias após a reunião, e registrada na sede da Companhia. Não obstante o disposto nesta cláusula, a cada trimestre, deverá ser realizada pelo menos 1 reunião presencial. §4º - A reunião do Conselho de Administração será dispensada caso todos os membros decidam, por escrito, sobre a ordem do dia. Artigo 18º - Compete ao Conselho de Administração: I - fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; II - eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições; III - fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos; IV - convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente; V - manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; VI - autorizar a alienação de bens do ativo permanente e do ativo não circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros; e VII - escolher e destituir os auditores independentes. Artigo 19º - As deliberações do Conselho serão sempre aprovadas por meio do voto da maioria dos Conselho; Caso haia empate na deliberação de qualquer matéria de competência do Conselho de Administração, o voto de desempate maioria dos Conselheiros. Caso naja empate na deliberação de qualquer materia de competencia do Conselheiros de Administração, o voto de desempate competirá ao Presidente do Conselho de Administração, Suficio - Não obstante o disposto no caput da presente cláusula, a aprovação de quaisquer das seguintes matérias exigirá o voto afirmativo dos Conselheiros nomeados pelos acionistas 2bCapital — Brasil Capital de Crescimento — Fundo de Investimento em Participações e NCPar Fundo de Investimento em Participações: (i) eleição e destituição do Diretor-Presidente e/ou do Diretor Financeiro da Companhia, observado o disposto no Acordo de Acionistas celebrado em 10/02/2014; (ii) aprovação do plano de negócios e/ou orçamento anual da Companhia, bem como qualquer modificação aos mesmos; (iii) qualquer alienação ou gravame de qualquer participação societária da Companhia em outras sociedades, associaçõe ou joint ventures, consórcios ou grupos de sociedade; (iv) qualquer concessão de quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo para a Subsidiárias da Companhia; (v) celebração de quaisquer operações de natureza financeira, tais como empréstimos, financiamentos, linhas de crédito, emissão de instrumentos de dívida, instrumentos de crédito para a captação de recursos, debêntures ou endividamentos de qualquer natureza, bem como eventuais modificações de tais operações que resultem em maior endividamento pela Companhia, cujos valores envolvidos, considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza e realizados num mesmo exercício social excedam em mais de 10% ou R\$ 2.000.000,00, o que for maior, os valores previstos no orçamento anual aprovado; (vi) qualquer aquisição, venda ou gravame de ativos permanentes no mesmo exercício fiscal pela Companhia, individualmente ou junto a qualquer série de transações relacionadas ou similares, cujos valores envolvidos excedam em mais de 10% os valores previstos no orçamento anual aprovado (vii) constituição de sociedade, aquisição, alienação ou oneração pela Companhia de participação no capital social de outras sociedades, celebração de associações e/ou joint ventures, bem como a criação de quaisquer parcerias, consórcios ou associações similares relevantes com terceiro(s); (viii) qualque investimento ou desinvestimento pela Companhia no mesmo exercício fiscal, individualmente ou junto a qualquer série de transações relacionadas ou similares cujos valores envolvidos excedam em mais de 10% os valores previstos no orçamento anual aprovado; (ix) celebração de quaisquer contratos que crier obrigações para a Companhia (salvo as que se encaixem nos itens anteriores) no mesmo exercício fiscal, individualmente ou junto a qualquer série de transações relacionadas ou similares, que excedam R\$ 5.000.000,00, salvo se no curso normal dos negócios, de forma coerente com as práticas anteriores; (x) nomeação, destituição ou substituição do auditor externo da Companhia; (xi) a aplicação de caixa da Companhia em quaisquer investimentos, exceto por investimentos em: (i) operações compromissadas lastreadas em títulos do Tesouro Nacional realizadas junto à instituição financeira considerada por agência classificadora de risco em funcionamento no país como de baixo risco de crédito e cujo Patrimônio Líquido seja superior a R\$ 5.000.000.000,00 na data deste Acordo de Acionistas; (ii) títulos de renda fixa de emissão do Tesouro Nacional; e (iii) certificados de depósito bancário dessas mesmas instituições financeiras; e (xii) a definição do voto da Companhia nas Assembleias Gerais, reuniões ou assembleias de sócios, ou o voto dos membros do conselho de administração indicados pela Companhia em quaisquer órgãos da administração ou comitês de quaisquer Subsidiárias da Companhia, exclusivamente em relação às matérias listadas nos Artigos 10 e 19 deste Estatuto Social. Capítulo VI - Diretoria - Artigo 20º - A Diretoria será composta por no mínimo 2 e no máximo 4 Diretores, sendo 1 Diretor-Presidente, 1 Diretor Financeiro e os demais sem designação específica, com mandato de 2 anos, permitida a reeleição, acionistas ou não, residentes no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração da Companhia. §1º - A posse dos Diretores está condicionada à assinatura do termo de posse respectivo, lavrado no livro de Atas de Reunião de Diretoria. §2º - Os Diretores permanecerão no exercício de seus respectivos cargos até a posse dos novos membros. Artigo 21º - A Diretoria, observadas as disposições dos Artigos 11º e 19º, terá poderes para administrar a Companhia, bem como para realizar atos e operações relacionadas ao objeto social. **§Unico** - Compete, ainda, à Diretoria, a assunção de obrigações que não importem em constituição de dívidas para a Companhia e que sejam necessárias para a consecução do seu objeto social, incluindo, mas não se limitando, a prestação de garantias e contratação de risco sacado. **Artigo 22º** - Observadas as disposições do Artigo 19º, a Companhia será representada e se obrigará: (i) pela assinatura conjunta de 2 Diretores; (ii) pela assinatura de qualquer Diretor em conjunto com a assinatura de um procurador legalmente constituído nos termos do Artigo 23º para representar a Companhia, de acordo com a extensão dos poderes que lhe forem conferidos no respectivo instrumento de mandato; (iii) pela assinatura conjunta de 2 procuradores, legalmente constituídos nos termos do Artigo 23º. Artigo 23º - As procurações outorgadas em nome da Companhia deverão ter prazo de validade determinado, vedar o substabelecimento e ser sempre assinadas por 2 Diretores, exceto pelas procurações outorgadas a advogados para fins judiciais ou administrativos, que poderão ter prazo de validade indeterminado e permitir o substabelecimento. Artigo 24º - Todo e qualquer ato praticado pelos membros da Diretoria, por procuradores ou por empregados da Companhia que forem estranhos ao objeto social e/ou aos negócios da Companhia, incluindo, mas não se limitando a cauções, garantias, endossos e outras garantias em favor de terceiros, serão expressamente proibidos e serão nulos e inoperantes. Capítulo VII - Conselho Fiscal - Artigo 25° - Se e quando instalado, o Conselho Fiscal da Companhia será composto de ao menos 3 membros efetivos, todos com mandato de 1 ano (permitida a reeleição), eleitos pela assembleia geral de acionistas da Companhia nas condições previstas em lei. §Único - O Conselho Fiscal não funcionará em caráter permanente e somente será instalado em Assembleia Geral mediante convocação dos acionistas Capítulo VIII - Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros - Artigo 26° - O exercício social se encerrará em 31 de dezembro de cada ano Artigo 27º - A Companhia poderá determinar o levantamento de demonstrações financeiras intermediárias sempre que julgar conveniente. Os resultado apurados nestes balanços poderão ser destinados para distribuições ou antecipações dos dividendos obrigatórios intermediários ou para outras aplicações observado o disposto no Artigo 11º. Artigo 28º - Do lucro líquido apurado em cada balanço, 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição de reserva legal, que não excederá a 20% do capital social, conforme previsão do Artigo 193, §§1º e 2º da Lei nº 6.404/76. §Único - O saldo tera a destinação que a Assembleia estabelecer, inclusive para criação de reservas estatulárias, para contingências ou retenção de lucros. Capítulo IX - Acordo de Acionistas - Artigo 29º - Quaisquer Acordos de Acionistas devidamente arquivados na sede da Companhia e refletidos no Livro de Registro de Ações Nominativas, produzirão efeitos entre as acionistas signatárias e terceiros, e as disposições ali contidas deverão ser observadas pela Companhia. Capítulo X - Da Liquidação da Companhia - Artigo 30º - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, elegendo o liquidante e o Conselho Fiscal, que deverão funcionar durante o período de liquidação. Artigo 31º - Na hipótese de liquidação da Companhia, seus bens serão destinados ao pagamento dos eventuais credores, distribuindo-se o saldo porventura existente entre os sócios, na proporção das quotas então possuídas pelos mesmos. Capítulo XI - Disposições Gerais - Artigo 32º - Nas hipóteses de retirada, exclusão ou de falência de qualque dos acionistas, a Sociedade não se dissolverá, prosseguindo nela seus sucessores, a não ser que estes, de comum acordo com os sócios remanescentes resolvam liquidá-la. Artigo 33º - As demonstrações financeiras da Companhia serão auditadas por empresa de auditoria independente registrada na Comissão de Valores Mobiliários, escolhida pela Assembleia Geral, observado o disposto no Artigo 11º. Artigo 34º - A Companhia compromete-se a disponibilizar a seus acionistas os contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia. **Artigo 35º** - No caso de abertura de seu capital, a Companhia compromete-se a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa, conforme previsto na Instrução CVM nº 391 de 16/07/2003. **Artigo 36º** - A Companhia deverá observar os seguintes princípios na condução de seus negócios: (i) adotar, no que couber, os principais padrões de governança corporativa, em linha com Nível 2 ou Novo Mercado da BM&FBovespa, conforme condições exigidas para Entidades Fechadas de Previdência Complementar, nos termos da Resolução nº 3.792, de 24/09/2009; (ii) manter suas operações e atividades preponderantemente, no Brasil; (iii) possuir: (a) política de atuação que procure minimizar os eventuais efeitos nocivos ao meio ambiente decorrentes de sua atividades; e (b) planos de ação que busquem a melhora do seu relacionamento com as comunidades onde suas unidades estejam instaladas; (iv) atuar con boas práticas de gestão de recursos humanos, de maneira a desenvolver, na medida do possível, o seu capital humano, devendo adotar padrões de responsabilidade socioambiental; (v) conduzir e realizar, sempre em condições equitativas e de mercado, todas e quaisquer operações comerciais e/ou financeiras com suas Afiliadas, bem com Afiliadas de seus administradores e acionistas controladores; e (vi) Adotar práticas de responsabilidade social ambiental e ética. **Artigo 37º** - Qualquer disputa, controvérsia, ou reclamação que surja em relação ou que sejam de qualquer forma relacionadas a este Estatuto Social, deverão ser obrigatória, exclusiva e definitivamente submetidos à, e solucionados por, arbitragem, a ser conduzida pela Câmara de Conciliação Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP (doravante denominada "Câmara de Arbitragem"), de acordo com o seu Regulamento ("Regulamento de Arbitragem" e com a Lei nº 9.307/96 ("Lei de Arbitragem"). §1º - O tribunal de arbitragem (doravante denominado "Tribunal Arbitra") será composto de 3 árbitros, 1 do quais será designado pelo Acionista que tiver solicitado o início da arbitragem, outro pelo Acionista contra quem a arbitragem tiver sido iniciada, e o terceim - que será o presidente do Tribunal Arbitral – pelos 2 árbitros escolhidos pelas Acionistas. Se houver mais de um requerente ou mais de um requerido, os requerentes, em conjunto, e/ou os requeridos, em conjunto, deverão indicar respectivamente um árbitro. Caso um acionista deixe de indicar um árbitro or prazo fixado pelo Regulamento de Arbitragem ou caso o presidente do Tribunal Arbitral não seja nomeado pelos árbitros conjuntos em no máximo 15 dias . Úteis a contar da nomeação do segundo árbitro, tais nomeações ficarão a cargo do Presidente da Câmara de Arbitragem, nos termos do Regulamento de constantion of the standard and the stan presença dos acionistas titulares dos votos exigidos para a sua deliberação válida em conformidade com a lei, devendo ser presididas e secretariadas por representante ou ex-funcionário de qualquer dos acionistas ou de qualquer pessoa associada direta ou indiretamente a elas, tampouco detentora de qualquer dos acionistas ou de qualquer pessoa associada direta ou indiretamente a elas. §3º - A arbitragem deverá ser conduzida na Cidade de SP/SP. §4º - O idioma oficial as hipóteses de quóruns especiais previstas em lei e neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria de votos dos acionistas ou de uma pessoa associada direta ou indiretamente a elas. §3º - A arbitragem deverá ser conduzida na Cidade de SP/SP. §4º - O idioma oficial de todos os atos de arbitragem nos termos deste instrumento será o português, e as leis da República Federativa do Brasil serão aplicáveis. O Tribunal Arbitral as injudies a very druit in expectation previous as a finite de viola dus as a companitation of the violation of the violatio menos de 10% das ações poderá exercer qualquer dos direitos políticos previstos no Regulamento de Arbitragem. §7° - O laudo arbitragem seta cláusula. (i) qualquer modificação nas disposições deste Estatuto Social das Acionistas, conforme previsto no Regulamento de Arbitragem. grando de Arbitragem seta cláusula. (i) qualquer modificação nas disposições deste Estatuto Social das Acionistas, conforme previsto no Regulamento de Arbitragem. grando de Arbitragem seta cláusula. (i) qualquer modificação nas disposições deste Estatuto Social descriptions de Arbitragem. grando de Arbitragem seta cláusula. (i) qualquer modificação nas disposições deste Estatuto Social descriptions de Arbitragem. grando de Arbitragem seta cláusula. (i) qualquer modificação nas disposições deste Estatuto Social descriptions de Arbitragem. grando de Arbitragem seta cláusula. (i) qualquer modificação nas disposições deste Estatuto Social descriptions de Arbitragem. grando de Arbitragem seta cláusula. (i) qualquer modificação nas disposições deste Estatuto Social descriptions de Arbitragem. grando descriptions de Arbitragem. grando descriptions descriptions de Arbitragem. grando descriptions descriptions de Arbitragem. grando descriptions d ncluindo, mas não se limitando à alteração da estrutura, competência e funcionamento da Assembleia e/ou da Diretoria; (ii) qualquer aumento de capital com exceto: (i) um pedido de correção de um erro relevante ou para esclarecimento de ambiguidades, dúvidas, contradições ou omissões no laudo arbitral, conforme a emissão de novas ações, redução de capital, recompra de ações para manutenção em tesouraria ou venda subsequente, bem como resgate ou amortização previsto no §9º desta cláusual 29ª; e (iii) um ato de anulação de boa-fé, conforme estipulado no de ações emitidas pela Companhia, ou qualquer outra alteração na estrutura de capital da Companhia; (iii) qualquer emissão de ações preferenciais, títulos, Artigo 33 da Lei de Arbitragem. Se necessário, o laudo arbitral poderá ser executado em qualquer tribunal com jurisdição ou foro sobre as Acionistas, a debêntures, warrants ou quaisquer valores mobiliários conversíveis (ou não) ou permutáveis (ou não) ou Política de Dividendos da Companhia e/ou destinação de lucros que não em conformidade com a Política de Dividendos da Companhia, incluindo, mas não providência necessária no devido tempo, ou, além disso, por descumprir todos os termos do laudo arbitral, deverá pagar uma multa dária não compensatória se limitando, a distribuição de dividendos acima no percentual estabelecido na Política de Dividendos da Companhia, bem como sobre a distribuição de juros equivalente a R\$ 25.000,00, a partir: (a) da data em que o Tribunal Arbitral deveria ter sido estabelecido; ou (b) da data estipulada para o cumprimento das sobre capital próprio pela Companhia. Para efeitos deste Estatuto Social, a Política de Dividendos significa a distribuição, pela Companhia, de um dividendo disposições do laudo arbitral, sem prejuízo às determinações e multas constantes nesse laudo. Para que não haja dúvidas, neste ato os acionistas reconhecer dus posições do ladou a hibria, sem prejuizo as determinações e minitas constantes nesse faucio. Para que na milta supramencionada não será aplicável nos casos descritos no §9º desta cláusula 32º. **§9º** - Os acionistas estão totalmente cientes de todos os termos e efeitos dessa convenção de arbitragem, concordando irrevogavelmente que a arbitragem é a única forma de resolução das Controvérsias surgidas alteração de segmento especial ou nível de governança e fechamento de capital e a realização da oferta pública da Companhia; (vii) qualquer alteração na entecuada de servicio de segmento especial ou nível de governança e fechamento de capital e a realização da oferta pública da Companhia; (viii) qualquer alteração na em decorrência de ou relacionadas a este Estatuto Social e/ou no que se refere a ele. Su membros do companhia; (viii) qualquer alteração na em decorrência de ou relacionadas a este Estatuto Social e/ou no que se refere a ele. Su membros do companhia; (viii) qualquer alteração na em decorrência de ou relacionadas a este Estatuto Social e/ou no que se refere a ele. Su membros do companhia; (viii) qualquer alteração na em decorrência de ou relacionadas a este Estatuto Social e/ou no que se refere a ele. Su membros do companhia; (viii) qualquer alteração na em decorrência de ou relacionadas a este Estatuto Social e/ou no que se refere a ele. Su membros do companhia; (viii) qualquer alteração na em decorrência de ou relacionadas a este Estatuto Social e/ou no que se refere a ele. Su membros do companhia; (viii) qualquer alteração na em decorrência de ou relacionadas a este Estatuto Social e/ou no que se refere a ele. Su membros do companhia; (viii) qualquer alteração na em decorrência de ou relacionadas a este Estatuto Social e/ou no que se refere a ele. Su membros do companhia; (viii) qualquer alteração na em decorrência de ou relacionadas a este Estatuto Social e/ou no que se refere a ele. Su membros do companhia; (viii) qualquer alteração na em decorrência de ou relacionadas a este Estatuto Social e/ou no que se refere a ele. Su membros do companhia; (viii) qualquer decisão do Tribunal Arbitra de se refere a ele. Su membros do companhia; (viii) qualquer decisão do Tribunal Arbitra de se refere a ele. Su membros do companhia; (viii) qualquer decisão do Tribunal Arbitra de se refere a ele. Su membros do companhia; (viii) qualquer decisão do Tribunal Arbitra de se viel de se refere a ele. Su membros do poderão se valer do órgão judiciário competente para: (i) executar qualquer decisão do Tribunal Arbitral ou obrigações líquidas, certas e exigiveis; e (ii) obten medidas de urgência antes da constituição do Tribunal Arbitral para garantir a efetividade dos processos de arbitragem. No caso mencionado no item (ii), c de direitos nos contratos entre a Companhia e qualquer dos Acionistas e/ou suas partes relacionadas; (x) propositura de medida judicial visando o pedido de acionista solicitante deverá requerer o início dos processos de arbitragem no prazo legal. Uma vez constituído, o Tribunal Arbitral poderá revisar, conceder, recuperação judicial ou extrajudicial ou a declaração de autofalência da Companhia; (xi) qualquer dissolução ou liquidação, nomeação e destituição de manter ou revogar a ordem judicial requerida. A solicitação de qualquer medida prevista neste parágrafo não deverá representar uma renúncia à cláusula de liquidantes, bem como o término do status de liquidação da Companhia; (xii) aprovação das demonstrações financeiras anuais da Companhia, devidamente arbitragem ou aos limites da jurisdição do Tribunal Arbitral. Qualquer medida implementada ou solicitada pelo órgão judiciário deverá ser notificada, sem auditadas pelo auditor externo da Companhia. §2º - A aprovação das matérias elencadas no §1º acima, a respeito das Subsidiárias da Companhia, também demora, à Câmara de Arbitragem. §10º - Para facilitar a completa resolução do litígio e caso a controvérsia objeto da arbitragem prevista neste Acordo tenha exigirá o voto afirmativo das acionistas 2bCapital – Brasil Capital de Crescimento I – Fundo de Investimento em Participações e da NCPar Fundo de Investimento o estatuto Social, ou no Contrato, ou existam outras disputas autônomas no âmbito do Estatuto Social, em Participações, enquanto o respectivo acionista detiver 10% das ações. Para efeitos deste Estatuto Social, "Subsidiária" significa, qualquer sociedade na do Contrato e no âmbito deste Acordo, o Tribunal Arbitral poderá consolidar o procedimento arbitral com qualquer outro procedimento arbitral envolvendo os acionistas. Os árbitros não deverão consolidar as arbitragens, exceto se: (a) existirem questões de fato e/ou de direito comuns aos procedimentos, que tornem a consolidação mais eficiente do que a existência de procedimentos separados; e (b) nenhum acionista for prejudicado com a consolidação em virtude de atrasos indevidos ou conflito de interesses. §11º - Os acionistas e a Companhia comprometem-se a manter em sigilo a arbitragem e seus elementos (inclusive neses do ano, e a ela competirá; (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras; (b) deliberar alegações das acionistas, provas, laudos e outras manifestações de terceiros e quaisquer outros documentos apresentados ou trocados no curso do procedimento sobre a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; (c) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho arbitral), exceto se a dividendora ou decisio impostas por lei, autoridade reguladora ou decisio judicial. Fiscal, se instalado. Artigo 13º - As Assembleias Gerais e as deliberações aprovadas em tais assembleias serão registradas no Livro de Registro de Atas das Artigo 38º - Os casos omissos deste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Gerai, a eles aplicando-se as disposições legais vigentes. §único - Em Assembleias Gerais e tais atas, quando exigido por lei, serão arquivadas na junta comercial competente. As certidões ou cópias autênticas das atas das caso de conflito entre este Estatuto Social e o Acordo de Acionistas celebrado em 14/02/2014, o disposto no Acordo de Acionistas deverá prevalecer em Assembleias Gerais deverão ser assinadas obrigatoriamente pelo Presidente e pelo Secretário. §Único - Os administradores da Companhia deverão observar o disposto em quaisquer acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, recusando-se a computar quaisquer votos proferidos em violação a tais o Statuto Social, de modo que este seja adequado ao disposto no Acordo de Acionistas.

acordos. Capítulo IV - Administração - Artigo 14º - A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, de acordo com as

# VCI Vanguard Confecções Importadas S.A.

CNPJ/MF 00.311.557/0001-43 - NIRE 3530046143-6 ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15/04/2025 1. Data, Hora e Local: Em 15/04/2025, às 14h, na Rua Sampaio Vidal, nº 1.026, dd. Paulistano, SP/SP CEP 01443-001. 2. Presença e Convocação: Acionistas representando a totalidade do capital social conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas e na lista de presença de acionista: nexa ("<u>Anexo</u> l"), dispensada a convocação prévia, nos termos do Artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76 Lei das S.A."). **3. Composição da Mesa: (i) Presidente:** Henri Rene Christian Stad; e **(ii) Secretário**: Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa. 4. Deliberações: Composta assim a mesa, aberta a sessão e legalmente declarada instalada a Assembleia, os presentes iniciaram a deliberação da matéria indicada da ordem do dia. 5. Foi aprovada, por unanimidade dos presentes, a reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, pelo período de 1 ano, os Srs.: 5.1. Ficam ratificados todos os atos praticados anteriormente pelos membros do conselho. (i) Henri Rene Christian Stad, brasileiro, casado industrial, RG nº 6.460.091 SSP/SP e CPF nº 516.490.398-91, residente e domiciliado na cidade de SP/SP, à Rua Antonio Afonso, nº 15, apto. 111, Vila Nova Conceição, CEP 04509-030, para o exercício do cargo de Presidente do Conselho de Administração; (ii) **Richard Gabriel Stad**, brasileiro, casado administrador de empresas, RG nº 44.082.940-9 SSP/SP, CPF nº 327.378.218-86, residente e domiciliado na cidade de SP/SP, na Rua Ibiapinópolis, nº 334, Casa 2 - Jd. Paulistano, CEP 01457-030 (iii) Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa, português, casado, administrador de empresas RNE nº v198811-L SE/DPMAF/DPF e CPF nº 214.656.938-74, residente e domiciliado na cidade de SP/SP, à Rua Campos Bicudo, nº 174, Jd. Europa, CEP 04536-010; (iv) **Marcelo Pradez de Faria Stallone**, brasileiro, casado, RG nº 4301361 IFP, CPF nº 712.450.067-20, residente e domiciliado na cidade do RJ/RJ, com escritório na Rod. Jornalista Francisco A. Proença, km 08, na cidade de Hortolândia/SP; (v) Carlos Alberto Júlio, brasileiro, viúvo, administrador de empresas. CPF nº 998.234.978-34 RG nº 6.982.067-3, residente e domiciliado em Santana de Parnaliba/SP, na Al. Hong Kong, nº 102 CEP 06543-070; (vi) **Leandro Kakumu Kayano**, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 28.635.795-SSP/SP e CPF nº 295.399.328-23, residente e domiciliado na cidade de SP/SP, à Rua Said Aiach, nº 277 oto. 21, Paraíso, CEP 04003-020, para o exercício do cargo de **Membro do Conselho de Administração** 5.2. Os membros do Conselho de Administração ora reeleitos tomarão posse de seus cargos assinand os respectivos termos de posse no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia declaram não estar impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial, nen condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos encerrados e lavrada a presente ata na forma de sumário, nos termos do Artigo 130, §1º da Lei nº 6.404/76 a qual foi assinada por todos os acionistas presentes na Assembleia. **Assinaturas**: Henri Rene Christian Stad – Presidente; Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa – Secretário; **Acionistas: i)** Henri Rene Christian Stad; ii) Richard Gabriel Stad; iii) 2bCapital – Brasil Capital de Crescimento I - Fundo de Investimento em Participações; iv) NCPar – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. São Paulo, 15/04/2025. A presente ata é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. <u>Mesa:</u> Presidente: Henri Rene Christian Stad: Secretário: Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa. JUCESP 171.989/25-9 em 23/05/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

#### VCI Vanguard Confecções Importadas S.A. CNPJ nº 00.311.557/0001-43 - NIRE 35.300.461.43-6

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 28/09/2023 Data, Hora e Local: Aos 28/09/2023, às 14:30h, na Rua Sampaio Vidal, nº 1.026, Jd. Paulistano, SP/SP CEP 01443-001. Presença: Membros do Conselho de Administração da Sociedade em sua totalidade enri Rene Christian Stad, Richard Gabriel Stad, Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa, Marcelo Pradez de Faria Stallone, Carlos Alberto Julio, Leandro Kakumu Kayano, **Constituição da Mesa** Presidente da mesa, Sr. H<mark>enri Rene Christian Stad</mark> e Secretário, o Sr. Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa. Ordem do Dia: Deliberar sobre a reeleição dos membros da Diretoria, nos termo do Artigo 18º, alínea II do Estatuto Social da Companhia. Deliberações: Considerando o fim dos ndatos com término previsto para 31/10/2023, por unanimidade de votos dos conselheiros presente a esta reunião foi deliberado o quanto segue: (i) aprovaram a reeleição do Sr. Richard Gabriel Stad, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 44.082.940-9 SSP/SP, CPF nº 327.378.218-86, sidente e domiciliado na Av. das Nações Unidas, nº 4797, apto. 7, Torre A, Pinheiros, SP/SF CEP 05477-000, ao cargo de Diretor-Presidente, conforme o Termo de Posse anexo á presente Ata (Anexo A), e com mandato de 2 anos, o qual vigerá de 01/11/2023 a 31/10/2025; ii) aprovaram a reeleição do Sr. Fabio Davidovici, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 26.182.489-2 SSP/SP, CPF nº 256.215.938-12, residente e domiciliado na Av. Angélica, nº 1.509, apto. 11, Higienópolis SP/SP, CEP 01227-100, ao cargo de Diretor Financeiro, conforme o Termo de Posse anexo à presente Ata (Anexo B), e com mandato de 2 anos, o qual vigerá de 01/11/2023 a 31/10/2025. Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata que ida, conferida, e achada conforme, foi assinada por todos os presentes e lavrada em livro próprio São Paulo, 28/09/2023, Henri Rene Christian Stad - Presidente: Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa - Secretário. JUCESP - 413.547/23-1 em 26/10/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral

por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda. ps://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código F059-0758-4477-F889



# PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/F059-0758-4477-F889 ou vá até o site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F059-0758-4477-F889



#### **Hash do Documento**

8FD0BCA339D15F5F63997B315DF062CE158C6AA513556916A2E176108E43790A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 09/10/2025 é(são) :

☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) 39.732.792/0001-24 em 09/10/2025 00:02 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

